

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
COMO MECANISMO DE IGUALDADE SOCIAL:
REALIDADE DE GENTE “COM PÉ NO CHÃO”
OU SONHO DE QUEM ANDA
COM “A CABEÇA NAS NUUVENS”?**

Elisângela Leal da S. Amaral (UEMS)

elisilvamaral@hotmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

1. Introdução

Este artigo é resultado de algumas reflexões nascidas em meio às leituras e discussões vivenciadas durante as aulas de mestrado, audições de lamúrias de colegas, enfim, faz parte do contexto de desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado, e estará, mais à frente, fazendo parte da composição da dissertação. Há quem diga que toda pesquisa nasce das angústias que atormentam o pesquisador: fato pleno, pelo menos ao se tratar de um pesquisador educador!

É comum surgirem discursos afirmando que a educação é a solução para todos os problemas sociais. Se isso é verdade, a escola, conseqüentemente, é a instituição responsável direta pelas questões de melhorias na sociedade. E seguindo essa mesma linha de raciocínio, o professor torna-se um agente diretamente envolvido em todo esse processo de reconstrução social.

No entanto, como educação não se constitui apenas de escola, professor e aluno, surge a necessidade de se abordarem outros fatores envolvidos nessa situação. Não se trata de tentar explicar mecanismos de estruturação do sistema escola, já que esse assunto tão complexo transcenderia o campo da pesquisa citada, e qualquer tentativa de limitá-lo seria mera simploriedade. A intenção aqui manifesta é observar os assuntos relacionados à instituição escola como um dos elementos constituintes das condições de produção de discursos que serão mencionados.

Além disso, para que o intento proposto nesse trabalho seja alcançado, será necessário recorrer à transdisciplinaridade para que melhor se compreendam as evidências observadas. O elo nesse processo será o estudo/ensino de linguagem, bem como os efeitos desse elemento na vida escolar e social de alguns sujeitos.

Por meio dessas vertentes, e outras que a elas se relacionam, alguns pressupostos teóricos serão discutidos a fim de suscitar, em alguma medida, um pouco mais de reflexão sobre o trabalho com a língua portuguesa na escola, a influência da escola como agente educador, a família nessa relação, bem como os possíveis resultados desse trabalho e do contato com a escola na vida dos alunos e, conseqüentemente, na sociedade.

2. *Escola: de lugar nas condições de produção do discurso a uma instituição sujeito*

Para a análise do discurso de linha francesa, ciência que se organiza nos entremeios da linguística, psicanálise e marxismo (ORLANDI, 2012 p. 15), nenhum acontecimento é isolado, ao contrário, os fatos são realizados em uma sequência histórica contínua. A sociedade se organiza em função do capital. Tudo gira em torno de um jogo de poder determinado fortemente pela economia. A força política representada pelo Estado visa a estabelecer seu domínio por meio de aparelhos ideológicos.

Nesse sentido, Althusser define que dentre os outros “um aparelho ideológico do Estado desempenha o papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto, ela é silenciosa! Trata-se da escola.” (ALTHUSSER, 2012, p. 79). Confirmando o discurso de senso comum, que afirma ser a escola responsável pela formação do cidadão, a detentora de grande influência sobre os demais segmentos educacionais, a tal ponto que, ao se falar em educação, é ela o órgão direto apontado. Ela também, desde suas origens, vem sendo estruturada para ser a instituição que visa ao à formação daqueles que constituem a sustentação do Estado enquanto força dominante, aqueles que suprirão as necessidades da produção e devem aprender a desempenhar bem esse papel.

No entanto, pensando na escola como instituição sujeito, situada no lugar de onde fala ao proferir seu discurso, a partir do lugar de sujeito, no “jogo de imagens” de Pêcheux (1990, p. 83): Quem sou eu para que lhe fale assim? Quem é o aluno para que eu lhe fale assim?

A partir desses questionamentos levantados, abre-se um leque de possibilidades de reflexões. Ainda que considerando toda a historicidade desse aparelho definido por Althusser como o ocupante do papel dominante dentre os demais aparelhos ideológicos, num sistema capitalista, organizado em classes, e dividido entre instituições privadas e públicas, partidos políticos movidos por ideologias diferentes, é preciso que se

considere a existência de “sujeito capitalista” (ORLANDI, 2001). Da mesma forma, entendendo a existência de sujeitos diferentes, com motivações diferentes a fim de alcançar objetivos diferentes.

Não é o caso de negar que a escola continue gerando mão-de-obra para a produção; mas de onde saíram aqueles nomes que fizeram – e alguns que ainda fazem- a diferença no rumo da nossa História? É bem verdade que a escola continua exercendo o papel de força motriz para o funcionamento do Estado de produção, no entanto também é ela que movimentava nossa sociedade de classes no sentido de transferir ou mobilizar alguns.

Apesar de forte representante da ideologia do Estado, não há de se negar que a escola é também um aparelho que funciona como uma ponte de mão dupla, uma vez que por um lado é via de acesso da mão de obra daqueles que atenderão às necessidades de produção do capitalismo, por outra via, direciona aqueles que tomam um rumo diferente do que estava aparentemente predestinado, ou seja, gera rupturas nos sistemas até então solidificados de alguns grupos.

Nesse sentido, até certo ponto, a escola tem realizado seu o papel de aparelho ideológico de Estado repassando a ideologia dominante, preparando o aluno para que vá ao encontro das necessidades do sistema de produção, ou da demanda social, havendo uma identidade preconcebida desse modelo de sujeito institucional. Entretanto, outra questão precisa ser avaliada, já que a escola não fala por meio de si mesma, mas por meio de outros sujeitos, sendo assim transformada em lugar. Por sua vez, esses também trazem consigo, na relação com a historicidade, discursos interpelados pela ideologia dominante, construídos a partir de ‘já-ditos’ (ORLANDI, 2007, p. 40) Do mesmo modo, ao pensarmos sujeito-direção e sujeito-corpo-docente; quantos ‘As’ se constituem produzindo discursos por meio dos quais a ideologia vem a se materializar? Nessa mesma perspectiva, quantos ‘Bs’ são atingidos por tais discursos? E ainda, esses, que se tornam “interdiscursos” (PÊCHEUX, 2012), não estariam mais á frente gerando novos intradiscursos? Quanto dessa materialidade pode atuar como força de ruptura?

3. O nascimento da escola no Brasil e seu papel na sociedade

A problemática da educação, bem como sua importância são fatores extremamente relevantes para o contexto de desenvolvimento real do país. Ao se falar de educação, uma instituição, automaticamente, é acionada e passa a fazer parte do quadro em questão: a escola, principal agente responsável pela educação e desenvolvimento no que diz respeito ao conjunto de atributos intelectuais de um indivíduo.

No entanto, numa sociedade capitalista, organizada em classes, onde há conflitos e jogos de interesses constantes, o objeto que move a escola nem sempre é a preocupação com a educação. Por meio de um olhar mais histórico, fica mais fácil compreender o processo de origem e desenvolvimento dessa instituição sempre formadora, tendo em vista que o que vai variar é o objeto dessa formação. Ao longo dos tempos, têm sido levantadas as motivações políticas por trás das letras, dos livros didáticos, das pedagogias, dos procedimentos didáticos e até mesmo de algumas ciências sempre voltadas aos interesses de algum segmento.

Fato amplamente justificável ao se lançar um olhar sobre a historicidade que vem a compor os dias atuais. Uma mola giratória chamada ideologia vem avançando em um movimento constante e de forma crescente do primeiro homem aos dias de hoje. À medida que passa a ser assimilada pelos inúmeros e variados grupos institucionais, é como que se fragmentasse se conformando⁴³ aos moldes exigidos pelas especificidades de cada um deles. O que acontece, no entanto, é uma ilusão, se olhado pela perspectiva de que, na verdade, é a ideologia a própria formadora de cada instituição.

Nesse sentido, a história da origem da escola brasileira não poderia fugir à regra. O Brasil, país “descoberto” e colonizado por Portugal, torna-se tão somente um objeto para o enriquecimento do colonizador, conforme afirma Ribeiro (2001, p. 18): “(...) a organização escolar no Brasil-Colônia, está como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses.”

O que se apresenta apenas como mais uma amostra do fator econômico sempre gerenciando os interesses sociais e políticos. Após a implementação das capitanias hereditárias pelo rei de Portugal em 1532, cujos principais objetivos eram povoar e defender a nova colônia, as estratégias de domínio do povo se voltam para a implantação de valores mo-

⁴³ Entenda-se *conformar* no sentido de *formar com, assumir a forma de*.

rais e éticos que seriam mais bem solidificados se feitos pelas amarras da religião. Nas palavras de Ribeiro:

Entre as diretrizes básicas constantes no Regimento, isto é, na nova política ditada então por D. João III (17-12-1548) é encontrada uma, referente à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução.

Em cumprimento a isto, chegam, com Tomé de Souza, quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega (1549). (RIBEIRO, 2001, p. 18)

Com o rápido esgotamento dos recursos naturais brasileiros, no caso o pau-brasil, surgiu a necessidade de mudar a estratégia de colonização, torna-se necessário povoar e ocupar a terra. Nesse contexto, passa a ser realidade o surgimento de duas “classes sociais”: de um lado, aqueles que vinham como povoadores e gestores da produção, de outro a mão de obra escrava composta por índios e por negros, já que era a forma mais eficiente de se gerar um lucro mais alto. No contexto da agricultura açucareira, duas demandas se cruzam: atender aos Regimentos iniciais de instrução catequizadora dos indígenas e educar os filhos dos nobres produtores de cana-de-açúcar.

Desse modo, os jesuítas, por meio dos recursos financeiros provenientes do estado português, precisavam edificar instituições educadoras que formassem também, gratuitamente, sacerdotes destinados à catequização. No que tange à grade curricular para os alunos, Ribeiro descreve:

O plano de estudos propriamente dito foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo aprendizado de português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

Como os indígenas não correspondiam às expectativas brancas, dentre elas a de se enveredarem para o sacerdócio, passa a ser implantada uma educação destinada à formação “profissional e agrícola” (*idem*). Em contrapartida, os interesses do ensino e formação religiosa, para os futuros sacerdotes, se volta exclusivamente para os filhos dos colonos, ou seja, para a elite da época, que passa a ser o público dos colégios jesuíticos. Assim é estabelecida diferenciação entre instrução e catequização, sendo para os índios apenas a última, mesmo porque havia necessidade de aumentar o número de convertidos ao catolicismo para combater as perdas geradas pelo movimento da Reforma Protestante.

Nessa conjuntura, passa a se fragmentar a educação de acordo com as finalidades e exigências a que se destinava: grupos desprivilegiados, que eram a maioria, como índios, negros e mestiços recebiam educação para a produção baseada em técnicas para o trabalho manual bastante rudimentares; no caso das mulheres, toda educação se voltava a boas maneiras e aprendizagem de serviços domésticos; enquanto à elite cabia a função de reter os domínios e fronteiras de tudo o que fosse considerado intelectual, porém de acordo com os padrões católicos. T tamanha era a importância dos colégios jesuítas, que o *status* da época era composto de critérios como propriedades que iam de terras a escravos mais os graus acadêmicos, ou pontuações, adquiridas nessas instituições.

Outro fator relevante, já desde a fase inicial da escola brasileira, está relacionado à formação de professores. Como o aprendizado precisava estar de acordo com as imposições do catolicismo, os conteúdos trabalhados eram selecionados e vistos sob a ótica que lhe fosse conveniente. Dessa forma, o mesmo autor esclarece:

(...) dedicavam especial atenção ao preparo dos professores que somente se tornam aptos após os trinta anos – selecionavam cuidadosamente os livros e exerciam rigoroso controle sobre as questões a serem suscitadas pelos professores, especialmente em filosofia e teologia. Um trecho de uma das regras do *Ratio* diz o seguinte: “Se alguns forem amigos de novidades ou de espírito demasiado livre devem ser afastados sem hesitação do serviço docente. (RIBEIRO 2001, p. 25)

Nesse sentido, do mesmo modo em que o extremo controle religioso atrasou diversas áreas de desenvolvimento da nação portuguesa, culturalmente, os atrasos não foram diferentes. A tentativa de controle dos conteúdos programáticos, da literatura, das ciências de maneira geral, fez com que, dentre os países de maior expressão da época, Portugal se posicionasse dentre os últimos. O Brasil, recebendo do mesmo controle na implantação e organização da escola, conseqüentemente, herdou boa parte desse atraso no processo educacional. Um *déficit* que, por se tratar de instituição, normalmente limitada por burocracias, demora muito para ser superado.

Se na passagem do mercantilismo para o capitalismo industrial Portugal se perde, torna-se ainda mais necessário angariar fundos provenientes da colônia brasileira. Assim, a concentração de esforços para que se melhore a produção agrícola no Brasil passa a ser crescente, o que não muda com a ampliação do foco de interesses para os recursos minerais. Tais intentos requerem pessoal com um mínimo de capacitação, o que envolvia a necessidade de leitura e escrita. Fator que vai resultar em uma

mudança significativa na escola: passa a ser responsável pela instrução primária.

Com a expulsão da Companhia de Jesus, por alguns desacordos entre Portugal e a referida instituição religiosa, algumas mudanças significativas ocorrerem no programa educacional brasileiro, a escola, mais uma vez representa o papel que lhe costuma ser imposto: um instrumento manipulatório a cargo de alguma força política sustentadora. Devendo ainda preparar o aluno para uma dada demanda socioeconômica:

Do ponto de vista educacional, a orientação adotada foi de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis.

Surge, com isso, um ensino público propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo Estado, mas que formava o indivíduo para a Igreja, e sim o financiado pelo e para o Estado.

O Alvará de 28-6-1759 criava o cargo de diretor geral dos estudos, determinava a prestação de exames para todos os professores, que passaram a gozar do direito de nobres, proibia o ensino público ou particular sem licença do diretor geral dos estudos e designava comissários para o levantamento sobre o estado das escolas e professores.

Em cumprimento a ele, neste mesmo ano foi aberto, no Brasil, um inquérito com o fim de verificar quais os professores que lecionavam sem licença e quais usavam os livros proibidos. (FERREIRA, 2001, p. 33)

Após a vinda da família real para o Brasil, a conjuntura social, política e econômica da colônia, obviamente, passa por muitas transformações. Nesse período, passou a ser mais conveniente que se criassem as instituições necessárias ao atendimento da nova demanda territorial. Em razão de se garantir a segurança da colônia e de suas riquezas, as forças militares instituídas passaram a suscitar um atendimento mais privilegiado. É em função disso, como afirma Ferreira: “em razão da defesa militar que são criadas, em 1810, a Academia Real de Marinha e, em 1810, A Academia Real Militar.” (2001, p. 41) Sendo que a última, ao longo dos anos, passou por algumas mudanças de nomes: em 1858 tornou-se Escola Central; em 1874, Escola Politécnica, e na atualidade é a Escola Nacional de Engenharia. Destinada à formação de oficiais e engenheiros civis e militares. Outros cursos, como o de cirurgia, no Hospital Militar, anatomia, cirurgia e medicina no Rio de Janeiro também eram destinados a formar médicos e cirurgiões que atendessem ao exército e à marinha.

Além desses, alguns outros cursos voltados à educação profissional foram criados em outras áreas, mais especificamente, técnicos em economia, agricultura e indústria, como escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros em Minas Gerais, economia e agricultura, química e desenho técnico na Bahia, e novamente no Rio o laboratório de química e um curso de agricultura.

Os problemas políticos e econômicos que se instauraram no império brasileiro por conta da administração problemática e dos conflitos envolvendo as relações da família real portuguesa, dentro e fora do Brasil, comprometeram e muito a possibilidade de avanço educacional. Desde aquela época, os problemas como falta de formação e desamparo profissional já eram realidade. A educação não era tratada como assunto relevante para a nação, por isso não havia aplicação de recursos suficientes.

Além disso, as aulas fragmentadas e sem um programa pré-estabelecido que atendesse às reais necessidades de conhecimento intelectual do aluno, ocasionaram uma diminuição significativa na realização das práticas consideradas educativas. O surgimento dos liceus provinciais reunia, numa mesma localização as diversas aulas, até que surgem alguns colégios: Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1825; Liceu da Bahia e da Paraíba, em 1836 e Colégio Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro.

4. *Considerações sobre a identidade do sujeito/professor de língua portuguesa*

Antes de se tratar do sujeito professor, é importante que se pense em três fatores essenciais: identidade, discurso e máscara. Nesse sentido, transdisciplinarmente, busca-se gancho prioritariamente na análise do discurso e na sociologia. Eni Orlandi, vai dizer que a constituição da identidade do sujeito vai ser concomitante à produção de seu discurso, ou seja, é quando o discurso significa que surge a identidade daquele que é atravessado por uma determinada ideologia materializada em linguagem, no caso, em discurso.

Trazendo tal teoria para a prática em questão, já que o professor de língua portuguesa é um sujeito constituído a partir do espaço 'escola', recebe a obrigatoriedade de produzir aquele discurso e não outro, sua "linguagem como trabalho" (NOURAUDINE, 2002, p. 17) em sintonia com a ideologia que ali impera. 'B', o aluno, está lá para atender às necessidades de produção do sistema capitalista. Desse modo, toda a fala

do docente precisa convergir para a preparação do aluno na direção das exigências do mercado de trabalho, seja no sentido instrucional da técnica, seja no conhecimento intelectual para os concursos profissionalizantes ou demais concorrências nas disputas pelas melhores e escassas vagas. É preciso que a demanda social seja atendida.

Por outro lado, ao questionar sobre seus ‘Bs’, esse nosso ‘A’ (PÊCHEUX, 1990, p. 83) precisa estar sujeito às vozes que ajudam a construir a identidade da escola, ou mais claramente, sujeito a quem determina o que ‘é importante saber’ hoje, nesse sentido, a demanda social. Nesse campo, há ainda uma disputa por ser a melhor voz, a mais acertada. Esse fator pode desencadear conflitos e recriar discurso, afinal como dizia Pêcheux (1997, p. 191): “O surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações de produção/transformação das relações de produção”.

O professor é um trabalhador do intelecto, sujeito à instituição escola, que por sua vez está sujeita ao Estado e, concomitantemente, é dirigida por vozes que se constituíram poder, até para justificar e motivar a aceitação da instituição, gerando lucros diversos. No momento em que essas vozes se dividem, obviamente, surgem, em meio aos conflitos, novos discursos. Então, pelo estudado até aqui, é possível entender que a identidade desse professor, depende do ‘já dito’, da imagem feita da escola, que também tem força de sujeito, da demanda da sociedade produtora do capitalismo, das necessidades impostas aos alunos, e até mesmo das exigidas por alguns que sofreram rupturas, daquilo que ‘tem sido dito’ nessa sociedade que se transforma pelo discurso e também o transforma, e ainda pelo que ele, profissional, vê em si mesmo somado ao que pretende. É o resultado de toda essa soma de fatores que estabelecerá a identidade do professor. A dúvida que surge é em relação à complexidade da relação: se as parcelas podem ser tão diferenciadas por circunstâncias tão diversas, teríamos uma identidade ou identidades diferenciadas de um mesmo sujeito? Se a resposta for negativa, o sujeito será constituído classe; no entanto se for afirmativa, estará ocorrendo fragmentação ou multiplicação do que era uma classe. Recorrendo à análise do discurso, na concepção de Orlandi, quando diz que:

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. (2003, p. 15.)

Entendendo que o sujeito também é “o indivíduo” (ainda que sob uma perspectiva diferente da conotação que o termo tem recebido), cabe investigar se o que se dá é continuidade, deslocamento ou transformação do sujeito professor de língua portuguesa nessa formação de identidade e na atuação do agente da linguagem “como trabalho” (NOURAUDINE, 2002, p. 17) no momento de sua formação discursiva, no local de trabalho. Uma vez que disso dependerá a constituição de sua identidade.

5. Considerações sobre o sujeito-aluno

Muito se tem discutido sobre os resultados alcançados – ou não alcançados – pelos alunos desde algumas décadas. A insatisfação e preocupação por parte de diversos segmentos relacionados à educação tem gerado diversas discussões, pesquisas, debates, etc. Há uma busca frenética por responsáveis pelo baixo desempenho escolar de crianças, adolescentes e jovens. Os principais agentes apontados nesse processo são a família desestruturada, a escola, a direção, a coordenação, o procedimento pedagógico adotado, o aluno e, obviamente, o professor.

Não entraremos nesse mérito. Pelo menos não neste momento. O que motivou, em especial, este trabalho foi um caso em particular. Uma situação que obriga um recorte no tema “sujeito aluno” para expor um caso (ou alguns casos) surpreendente: o aluno voltado a concurso, mais especificamente, concurso para EPCAR – Escola Preparatória de Cadetes do Ar. O que passa a ser exposto é resultado de observação, pesquisa, entrevista, análise e resultados apresentados.

O contexto social e escolar é o mesmo, sendo devido a isso que se registrou até aqui o contexto panorâmico ligado à realidade escolar. Porém, que realidade é capaz de transformar tão radicalmente a situação e os tão questionados “resultados” da educação escolar é o que instiga qualquer educador preocupado com o assunto em voga. Debates sobre ensino de linguagem veem levantando situações sobre diferenças sociais, comunidades de origem, variedades linguísticas, as barreiras com o ensino/aprendizagem da variedade padrão, dentre outros fatores diretamente relacionados ao ensino de língua portuguesa na escola.

Somado aos fatores supracitados, é relevante observar outro neste caso particular. Alguns dos alunos entrevistados são filhos de militares. E na comunidade militar, na prática existe uma divisão entre seus componentes e respectivos familiares, ou seja, praças (soldados, cabos, sargen-

tos e subtenentes) não fazem parte do mesmo grupo de oficiais, por exemplo. As vilas militares são organizadas por patentes, os clubes da mesma forma, etc. Assim vão se formando grupos que poderiam ser comparados ao sistema de classes. Além disso, os entrevistados são provenientes de regiões diferentes e de escolas públicas e privadas.

Vale ressaltar que para o concurso pretendido, no caso deles, as provas seriam apenas nas disciplinas matemática e língua portuguesa, que até no ano do concurso deste grupo, (2011) eram construídas de forma extremamente voltada ao estudo gramatical tradicional. Sendo que a parte de interpretação de textos exigiria do candidato uma maturidade no assunto bem além da série/ano sugerido pela realidade escolar.

O que se pretende neste tópico é suscitar reflexões sobre a existência de um sujeito aluno, forjado, socialmente falando, dentro das mesmas condições de produção de qualquer outro. E que, no entanto, apresenta resultados dignos de questionamento e pesquisa por parte dos interessados em visualizar efeitos mais positivos do processo educacional brasileiro. Não se trata de desvalorizar as pesquisas até então realizadas e comentadas neste texto. Trata-se de perceber que, apesar de tudo o que já tem sido estudado sobre o assunto, existe, nesta situação, algum fator fazendo a diferença.

Nesse sentido, para uma reflexão mais democrática, faz-se necessário apresentar as entrevistas, para que, por meio dela, se conheça a opinião dos sujeitos/alunos sobre a escola, o ensino, enfim, sobre o que vem sendo abordado neste estudo de caso sobre o trabalho com a língua portuguesa. Os nomes usados serão fictícios.

1.Obs: Colégio Militar de Fortaleza. Apesar de ser pública é uma das melhores escolas do Ceará.

Para chegar ao meu objetivo precisei estudar muito para prestar um concurso de nível nacional e muito concorrido e a escola que me preparou para isso, me forneceu instruções científicas e me preparou para vida.

Sim, o ensino de língua portuguesa é importante para desenvolver a expressão oral e para aprender a escrever bem, nos ajudando nas relações de trabalho e pessoais. (Edilson, 19 anos, Recife – PE, escola pública, filho de militar – praça)

2. É na escola que complementamos o nosso caráter e temos nossas instruções científicas, até porque é lá que passamos boa parte do nosso tempo. Sendo assim, a contribuição da escola é de suma importância para que se conquiste o que se deseja. A escola foi sempre a mão amiga para formação do meu caráter e da minha educação. Quando resolvi prestar concursos, precisei

de toda a base que a escola me ofereceu desde pequeno. (Geraldo, 17 anos, Natal – RN, escola particular: Instituto Maria Auxiliadora, filho de bancário)

3. A escola em si tem-se tornado meramente, para os estudantes, como um instrumento para obter sucesso em vestibulares e afins. Para mim, essa importância é inegável, uma vez que, no meu caso, foi uma fonte para poder prestar concurso, a fim de ser oficial da Força Aérea. Apesar disso, é ruim perceber que a importância, tanto para alunos quanto educadores muitas vezes não passa disso. Em minha opinião, a escola tem (e sempre teve) papel fundamental no desenvolvimento da capacidade de convívio social de seus alunos, ainda em fase de desenvolvimento, bem como formação moral. Sua importância primordial seria formar ideias, opiniões, pensamentos, discussões para guiar a sociedade futura, o que normalmente não é visto. Sendo assim, considero que a escola tem sido essencial para desenvolver meu conhecimento de mundo e visão do mundo em que vivo.

Ela tem ajudado como fornecimento primário de informações, ajudando a despertar interesse em diversas áreas, proporcionando o despertar pelo interesse científico-social através de conteúdos, formas de trabalho e pesquisa, podendo servir como uma simulação para o “mundo real” que aguarda os educandos.

As aulas de língua portuguesa, além de permitir a interpretação (não só de textos, mas também de situações) levam o aluno a uma maior possibilidade de comunicação, essencial tanto social como profissionalmente. (Considera negativo) Excesso de abstração a que conteúdos como sintaxe podem levar, impedindo uma devida compreensão do mecanismo da língua. Sim, considero o estudo de gramática importante, pois com seu conhecimento, torna-se mais fácil compreender textos e mesmo produzir textos compreensíveis. Através da contextualização e aplicação da gramática em textos, interagindo com a interpretação, com a semântica. (Valdir, 16 anos, Brasília – DF, escola pública: Colégio Militar de Brasília, filho de Militar da FAB – oficial/coronel)

4 Ela me mostra alguns dos caminhos prováveis que eu possa seguir quando abandoná-la e me dá ferramentas para que eu possa chegar a estes caminhos.

Ela tem preparado meu intelecto para que eu possa desempenhar no mínimo regularmente as funções que a mim forem futuramente competidas. (sobre aula de língua portuguesa) Dinâmica com a realidade, já que os textos costumam ser atuais. Dependendo do método com que o professor aborda o assunto fica monótono. Sim, pois para entender o sentido – e melhor interpretar – do texto é necessário possuir um conceito bem definido (falando de morfologia e sintaxe). Acho que a melhor forma, em sequência, é: apresentar a definição, mostrar vários exemplos com as respectivas explicações e, por fim, realizar exercícios.

(Felipe, 19 anos, Recife – PE, escola particular: Colégio Jean Piaget, filho de profissional liberal /Advogado)

5 Para mim, a escola foi de grande importância pois além de me fornecer os conhecimentos básicos da educação, ela me mostrou todos os caminhos

profissionais que poderia seguir, e também motivou-me muito para alcançar meu ideal.

A maior ajuda que poderia receber foram os ensinamentos não acadêmicos, pois não é qualquer lugar onde se prepara um jovem para se tornar um bom cidadão quando adulto.

As aulas de língua portuguesa auxiliam o aluno a apurar sua escrita e oratória da melhor maneira possível, porém muitos alunos se queixam das aulas porque o conteúdo ministrado é muito entediante e estático. A gramática ajuda o aluno a falar melhor e prepara o aluno para vestibulares. Alternância entre aulas de gramática, interpretação de textos e conhecimentos gerais (redação) seria uma ótima forma de estudar a língua portuguesa. Assim os assuntos tratados ficariam intercalados, sem demandar esforços mentais repetitivos do aluno sobre um mesmo conteúdo. (Ricardo, 16 anos, Rio de Janeiro – RJ, escola Particular: Sistema Elite de Ensino (bolsista – veio da escola pública) 04 do curso neste trimestre, filho de profissional autônomo. (Dedetizador))

6 A escola foi importante para possibilitar uma maior “visão de mundo”. Mostrou-me artifícios para eu conseguir êxito. (Renato, 18 anos, Recife – PE, escola pública: Colégio Militar do Recife (anteriormente, também escola pública), filho de oficial de justiça.)

Analisando as respostas dadas pelos alunos sobre perguntas relacionadas ao papel da escola e ao ensino de língua portuguesa, percebe-se que automaticamente se posicionam como sujeitos imbuídos de reportarem os conhecimentos dispersos em suas memórias discursivas. Mesmo fazendo parte de estados, culturas e níveis econômicos diferentes, provenientes de escolas públicas e particulares, há algo em comum na vida desses sujeitos: todos eram alunos focados em fazer um concurso profissionalizante: ingressar na EPCAR (Escola Preparatória de Cadetes do Ar).

Esse concurso, que ocorre na passagem do ensino fundamental para o médio, e que, no ano em que eles foram aprovados, teve concorrência similar à de um vestibular de medicina, com 52 candidatos por vaga, porém com a agravante de acontecer na adolescência, funciona como um motivador para tornar a escola uma aliada, bem como o estudo de língua portuguesa, já que naquela época a prova dividia-se entre os conteúdos de matemática e língua portuguesa.

Única escola de ensino médio da aeronáutica no país, mais no sentido de preparação, acaba funcionando como uma espécie de porta de entrada para a AFA (Academia da Força Aérea, popularmente conhecida como Ninho das Águias, já que lá são formados os pilotos da Força Aérea Brasileira). Escola militar, com disciplina rigorosa, ensino tradicional, extensa carga horária de atividades diárias, sem direito à reprovação,

com professores selecionados, direção (comando) rígida (o), e um diferencial: alta porcentagem de alunos que sabem o que querem e se dispõem a cumprir o papel de aluno: estudar.

Em um contexto de diferenças regionais, sociais e econômicas, os alunos passam a compor um mesmo grupo, moram na escola, recebem o mesmo salário e uma nova identidade, nossos entrevistados, são componentes da turma *Sírius*. São treinados a liderar.

Nossa sociedade conhece alguns outros jovens que vivenciaram essa história em outras épocas, já que, mesmo aqueles que não chegam à Força Aérea, são aprovados no que escolhem e passam a desempenhar seu papel de profissional e cidadão em outras áreas, o que daria campo para outra pesquisa.

Retornando à análise de dados, é interessante observar que, lá na frente, a EPCAR se posiciona como alvo e depois segue levando-os a se confirmarem como alunos/profissionais brilhantes, porém antes dela um fator diferenciado já é percebido: para esses alunos, em especial, a educação escolar tem funcionado, mesmo em circunstâncias tão diferentes, sejam elas sociais, regionais ou econômicas. Todos eles, em seus discursos, atribuem à escola o papel de “apontar caminhos”, “preparar para o futuro”, “oferecer conteúdos necessários para alcançar objetivos”, “formar caráter”. São discursos “já ditos” (ORLANDI, 2012, p. 40). Estrañamente, discursos de adultos, “repetidos” por jovens.

O que explica o fenômeno anterior encontra-se como uma das bases da análise do discurso: São os discursos “já ditos” que a análise do discurso vai trabalhar como “interdiscursos”, discursos proferidos em algum momento vão sendo apropriados a fim de formar o intradiscorso desses sujeitos/alunos (ORLANDI, 2012, p. 40) Nesse sentido, percebe-se o discurso da família funcionando como interdiscorso na formação do discurso e, conseqüentemente, da identidade desses sujeitos. Obviamente, o da família não é o único, mas é o mais latente pelas relações sociais. A realidade desses meninos, salvo raras exceções, passa por um respaldo de pais que investem na educação dos filhos, inclusive matriculando e bancando-os em cursinhos preparatórios, embora todos eles ao se pronunciarem abordem o fundamental papel da escola como responsável pelas respectivas formações, sabem que lá, na escola, se construiu a base.

Desse modo, observa-se que as memórias dos sujeitos em análise sofreram a dispersão e agora se apropriam de discursos bem mais maduros de seus pais, outros adultos que influenciaram sua formação, a pró-

pria escola com seus valores, passando evidenciando o processo de esquecimento citado por Pêcheux: Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. (PÊCHEUX, 2008, p. 150)

Em relação à visão que demonstram ter sobre o ensino de língua portuguesa, reconhecem a importância da mesma para alcançarem seus objetivos e vão além: mencionam a importância de domínios da referida disciplina para as relações que envolvem oralidade e escrita; citam seguros as partes que compõem tal estudo não se intimidando diante de nomenclaturas que, ao contrário, usam naturalmente para expressarem “seus pontos de vista”. Abordam a importância do ensino contextualizado falando como sujeitos/alunos, e, transdisciplinarmente, pode-se dizer aqui, falam como “sujeitos ativos e não passivos” diante de um estudo difícil ou complicado.

É relevante mencionar que, em tempos anteriores a 2010, anos em que se preparavam para o referido concurso, esses alunos eram submetidos ao estudo mais tradicional de gramática do português-padrão, ou norma culta, já que as provas seguiam uma estrutura mais tradicional. Era preciso que dominassem os estudos de todas as partes da gramática normativa, geralmente, conteúdo trabalhado com minúcias em menos de um ano de “cursinho”, com listas enormes de exercícios dos mais diversos níveis.

E como um dos entrevistados cita: “a língua portuguesa é importante também por ser base para entender as outras matérias”; sem querer menosprezar a matemática, o bom desempenho do aluno na disciplina de língua portuguesa também contribuiu para o sucesso na prova de matemática, dando à primeira uma porcentagem maior de participação no resultado do concurso, de certa forma, funcionando como mecanismo de igualdade para esses sujeitos oriundos de situações tão diferenciadas.

Diante das condições de produção dos discursos analisados, ao recorreremos a bases teóricas da análise de discurso, percebemos que os sujeitos em questão são atravessados pela ideologia de crescimento profissional, de fazer do estudo um instrumento para alcançarem seus objetivos, da escola um forte aliado para aquisição de conteúdo e formação de caráter. Além disso, os registros em suas memórias discursivas demonstram terem crescido ouvindo discursos favoráveis a essa postura. Esses discursos foram tão fortes, que se materializaram na vida profissional de cada um, como representantes que serão de alguma instituição, ou apare-

lho ideológico, convicções que transcendem o próprio discurso, chegam a se tornar uma crença, uma posição na vida.

6. Considerações finais

Os sujeitos aqui apresentados funcionam como amostras do funcionamento positivo da escola e do ensino de língua portuguesa. Não se trata de fazer vista grossa para os problemas enfrentados nas relações com ambas, no entanto, dados concretos contribuem para evidenciar que, dentre a soma de fatores que compõem o quadro da educação brasileira, no mesmo cenário, apesar de ocorrer em regiões diferentes, o discurso da família tem o poder de atravessar os filhos/alunos transportando-os para a posição de sujeitos da aprendizagem eficaz para produzir o sucesso a que almejam.

Nesse sentido, a escola apresentada por eles como instrumento para alcançar objetivos promissores, lugar de se adquirir/apropriar/construir conhecimentos necessários para se estabelecer positivamente na vida, também é citada como formadora de caráter e de relações sociais. Para eles, essa instituição tão massacrada, e, infelizmente em muitos casos, com dados, apesar de alarmantes, reais, funcionou. Registrou um histórico positivo. Cumpriu seu papel.

Somado a isso, outro elemento conflituoso, o estudo/ensino de língua portuguesa, fator tão problemático há décadas, alvo de tantas discussões, pesquisas, divergências, conflitos e discordâncias teóricas, na realidade apresentada pelos sujeitos em questão, configura-se com outro histórico: algo que funcionou. Isso é observado não só pela observação do teor do discurso apresentado, mas também pelo próprio domínio de recursos linguísticos da norma culta apresentado por eles. Inclusive questões relacionadas ao conhecimento de nomenclatura da gramática da norma culta com abordagem tão segura que lhes permite opinar em questões didático-metodológicas relacionadas ao formato e conteúdo das aulas.

Outro acréscimo importante diz respeito à presença da família e/ou demais responsáveis, identificável nos interdiscursos presentes na formação discursiva. Os discursos dos alunos reproduzem ideologias recebidas das famílias, que no contexto deles, são elementos presentes em suas formações.

Nesse sentido, observa-se que, quando há objetivos concretos funcionando como elo entre aluno, família e escola, os tabus caem por terra, as dificuldades são superadas, a escola se torna uma instituição aliada eficaz e o ensino de língua portuguesa passa a funcionar como mecanismo de igualdade social, diante de uma realidade de gente “com pé no chão”, mas com sonhos da altura de quem pudesse esbarrar a “a cabeça nas nuvens”, ou pelo menos “voar alto”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, 2001.